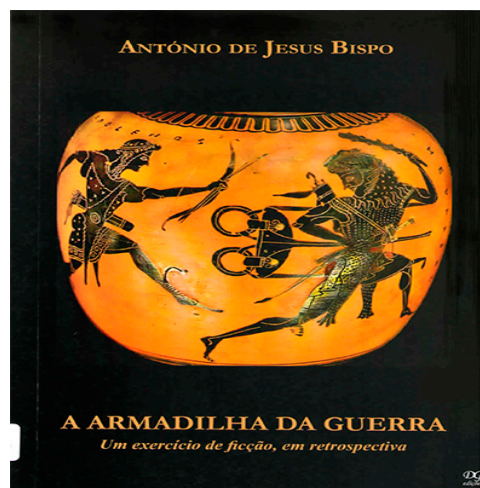


# A Armadilha da Guerra

Major-general  
Manuel António Lourenço de Campos Almeida



## A ARMADILHA DA GUERRA



António de Jesus Bispo

DG Edições, outubro de 2017

António de Jesus Bispo, Tenente-general piloto aviador, na situação de Reforma, cumpriu duas comissões de serviço e ainda um destacamento de três meses na Guiné Portuguesa, no período de março de 1963 a novembro de 1971. Profundo conhecedor daquele território e dos meandros político-militares do conflito que ali se travou, escreveu esta obra "A Armadilha da Guerra", para divulgar alguns acontecimentos relevantes ali ocorridos e confrontar os leitores com os problemas que se colocaram aos políticos e aos militares daquela época.

A guerra e a procura da paz atravessam toda a obra. Afirma que:

**Revista Militar N.º 2592 - Janeiro de 2018, pp 113 - 117.**

:: Neste pdf - página 1 de 5 ::

*“Os decisores políticos, as sociedades, os Estados podem colocar-se em determinadas situações onde a guerra se apresenta como possibilidade, num quadro de valores e interesses, de risco e também de capacidades”.*

No entanto, esses conflitos podem ser evitados, utilizando mecanismos jurídicos de regulação da relação entre povos e Estados. E a paz conquista-se:

*“Pela deteção, análise e neutralização das armadilhas que a interação pode suscitar, com a utilização do poder de persuasão e de influência, no pressuposto de que a guerra pode ser evitável. Os votos piedosos, só por si, não conduzem necessariamente a uma solução pacífica”.*

Contudo, a questão central neste livro não passa por evitar a guerra, porque ela já era uma realidade, mas sim como chegar à paz. Embora, como defende um alto responsável político com quem dialoga, neste caso não se deveria falar de guerra mas sim de meras operações de natureza policial e de manutenção da ordem, porque, por razões políticas e de Direito Internacional, falar em guerra e inimigo seria reconhecer o estatuto de beligerante à guerrilha da Guiné.

Como se deveriam aplicar, neste caso concreto, os meios disponíveis, políticos, diplomáticos, económicos, sociais e militares, para se alcançar a paz? Como ultrapassar as desconfianças e terminar com este conflito, ainda de baixa intensidade, mas já aniquilador de muitas vidas e património? São estas as interrogações que se colocaram ao nosso herói, o Capitão Victor Silveira, piloto operacional, ex-combatente na Guiné Portuguesa.

Passo agora a relatar como li e senti e como arrisco caracterizar esta nova obra do General António de Jesus Bispo:

- Sob o ponto de vista *espacial*, a ação imaginada é passada em Lisboa (no café-pastelaria Mexicana, no bairro de Alvalade e nos jardins do palácio de S. Bento), na Base Aérea de Monte Real, mas também na Guiné Portuguesa e em Paris;

- A nível *cultural*, o ambiente é urbano, o diálogo elaborado e culto, estribado na Ciência Política, na Sociologia, no Direito e na Geopolítica, como não podia deixar de ser, sendo os personagens figuras de topo, como o Professor Oliveira Salazar, o Dr. Amílcar Cabral, um estudante da Faculdade de Direito de Lisboa, oficiais da Força Aérea, etc.;

- A *linguagem* é direta, objetiva, com as palavras e conceitos correspondendo rigorosamente ao pretendido, sem devaneios, própria da cultura e postura dos militares;

- No domínio *temporal*, atravessam-se várias épocas, embora o fulcro desta obra ficcionada se situe no período de 1963 a 1974, que cobre o tempo de guerra na Guiné, passado perfeito, tempo acabado, a que se seguem etapas fugazes, em capítulos que o autor denomina *“Os primeiros passos do novo regime”*, *“O princípio de uma nova vida”* e *“Muito tempo depois”*;

- Importante é ainda referir que em toda a obra perpassa uma matriz fundamental que é a *crença*. Ideias e credos vinculados, expressos por emissores e recetores, posições quase sempre irreconciliáveis, tendo por pano de fundo o confronto ideológico daquela época;

- A *metodologia* apresentada na “*Armadilha da Guerra*”, embora com alguns momentos descritivos é, essencialmente, a do diálogo espontâneo, improvisado, livre e cordial, sempre com o objetivo de tentar superar a situação de guerra, atingir consensos e alcançar a paz. Paz utópica para alguns dos intervenientes nos diálogos, mas possível para Silveira, que redige mesmo uma proposta bem estruturada para pôr fim ao conflito, assente num calendário faseado de distensão que, supostamente, faz chegar ao Professor Oliveira Salazar e ao Dr. Amílcar Cabral.

Trata-se de uma troca de informação e pontos de vista, numa alternância de comunicação verbal entre os interlocutores, por vezes acalorada, que permite definir o caráter dos interventores, todos eles homens de ação e de pensamento, dotados de fortes personalidades e convicções.

Diálogos que me fizeram recordar, pelo calor da controvérsia, pela afirmação das crenças, pela cordialidade e determinação, a bem conhecida e académica obra, da autoria do bispo e filósofo irlandês *George Berkeley*, intitulada “*Os Três Diálogos, entre Hilas e Filonous, em oposição aos céuticos e ateus*”.

Numa espécie de balanço para a posteridade, o General Bispo plasma as suas experiências e conhecimentos, na personagem de um jovem Capitão piloto-aviador, a caminho dos trinta anos de idade, mas muito mais maduro e sábio nas áreas da Filosofia, Ciência Política, Relações Internacionais e Geopolítica do que seria suposto para um operacional mais habituado à rotina do voo e *briefings* diários, serviços de escala, alertas e demais atividades de um aviador, colocado numa base aérea localizada longe da grande Lisboa, onde só vem aos fins-de-semana.

Observador atento e interveniente, patriota no sentido amplo do termo, militar consciente dos seus deveres, linguagem descomplexada, arejada e descomprometida, o autor dividiu a sua obra em vários capítulos, alguns curtos e descritivos, outros mais longos contendo os já referidos diálogos:

- No *primeiro capítulo*, o Capitão Silveira dialoga com um jovem estudante da Faculdade de Direito, de nome Amílcar, nascido em Cabo Verde, mas que havia vivido em Bissau, onde o pai ainda trabalhava e residia. Vem à conversa a situação na Guiné, a atividade económica e social, a geografia do território, a guerra, os ataques da guerrilha através dos rios, canais e das permeáveis fronteiras vizinhas, as limitações operacionais das nossas tropas, as operações militares qualificadas oficialmente de natureza policial, as razões da nossa intervenção militar, a fenomenologia da guerra, a questão da colonização e o direito à autodeterminação dos povos. Sempre num diálogo vivo, com interrogações, mas também com algumas certezas assumidas, desafiadoras dos chamados “*ventos da história*”, em face de laços históricos seculares, da defesa dos nossos interesses, do bem-estar das

populações civis da Guiné, etc.;

- No *segundo capítulo* e de uma forma surpreendente, é proporcionado ao nosso protagonista um encontro informal com o Professor Oliveira Salazar, com quem mantém um franco diálogo, expondo as suas ideias incubadas na experiência de militar operacional e recebendo em troca uma explanação com as posições oficiais, defendidas por Portugal nos areópagos internacionais. A defesa do Império escorada no “*Direito de Conquista*”, na ocupação e na presença secular nesses territórios, os benefícios da nossa ação civilizadora, o direito de legítima defesa, em oposição aos interesses e intromissões de soviéticos e americanos, as Nações Unidas ao serviço dos terceiro-mundistas, o não reconhecimento da situação de guerra e a impossibilidade de se poder negociar com terroristas, porque se lhe reconheceria legitimidade e o estatuto de inimigo e beligerante, etc..

Uma abordagem às razões da postura do governo de então, às relações internacionais portuguesas daquele período, à mistura com conselhos quase paternais avançados por Salazar para travar alguns impulsos, voluntarismos e utopias próprios da juventude do nosso Capitão, que havia cumprido a sua primeira comissão militar na Guiné, empenhado em ações de apoio de fogo às forças de superfície, em missões de bombardeamento e reconhecimento, evacuações aéreas sanitárias, enfrentando o fogo antiaéreo inimigo, etc.. Para ele, Capitão Silveira, não era fácil entender a subtileza jurídica e linguística usada pelo poder em Lisboa, que qualificava as operações militares na Guiné como simples intervenções de “*manutenção da segurança e ordem pública*”;

- O *terceiro capítulo* completa a tríade política. Passado em Paris, cidade das luzes e do pensamento filosófico e libertário, apresenta um diálogo perspicaz com outra inesperada personagem, nada mais do que Amílcar Cabral, líder supremo do PAIGC. Importante para se poder fazer o contraponto à posição portuguesa, com a apologia da nobreza da luta de libertação dos povos da Guiné, da resistência à opressão secular dos povos nativos e ao colonialismo, à exploração de recursos e mão-de-obra, etc.

Com o nosso Capitão a rebater, defendendo a possibilidade de entendimento, um possível cessar-fogo e o fim do conflito, referindo a recente e bem visível promoção económica e social da Guiné Portuguesa, feita à custa de proventos enviados da metrópole, salientando ainda a incoerência de guinéus e cabo-verdianos a lutar do mesmo lado, tendo sido estes últimos também colonialistas e administradores daquele território, acentuando a diversidade étnica, religiosa e cultural de tantos povos, que só a presença portuguesa poderia unir. Posições opostas, dialética difícil de ser superada mas, ainda assim, a esperança que não se desvanecia inteiramente na mente do Capitão Silveira;

- Daí, o *quarto capítulo* ter por epígrafe “*Um acordo de paz que poderia ter existido*”.

Deixo à curiosidade dos leitores a tarefa de continuarem a usufruir dos restantes capítulos desta obra, onde o autor tem a coragem de se debruçar sobre os ainda controversos “acontecimentos” que marcaram a transição do antigo regime para, como lhe chama, “*O princípio de uma nova vida*”.

Creriosamente apresentado, num volume de 240 páginas, de bom aspeto gráfico, capa contendo a sugestiva imagem de Apolo e Hércules disputando a trípode (pintura em vaso, c. 520 AC, Museu do Louvre), com diálogos de verdadeira filigrana literária, fica a “*Armadilha da Guerra*” à disposição dos leitores interessados, constituindo um valioso contributo para a análise da guerra, enquanto fenómeno político e social e manifestação de confronto de vontades e, em particular, a que ocorreu na Guiné Portuguesa, entre 1963 e 1974.

A *Revista Militar* agradece a oferta da obra “*A Armadilha da Guerra*” e felicita o Tenente-general António de Jesus Bispo.